

PROCESSO: 1097/2009
INTERESSADO: Usina Noroeste Paulista Ltda.
EMPREENDIMENTO: Ampliação dos setores industrial e agrícola
MUNICÍPIO: Meridiano

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 59341/10/TA elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação dos setores industrial e agrícola para aumento da produção de etanol e geração de energia elétrica, e para produção de açúcar, sob responsabilidade da Usina Noroeste Paulista Ltda.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Usina Noroeste Paulista, segundo o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, apresenta o parque industrial em área classificada como Adequado com Restrição Ambiental e as futuras áreas agrícolas em áreas classificadas como Adequadas com Limitações Ambientais e Adequadas com Restrições Ambientais. O projeto de ampliação prevê a produção de 483.530,68 t/safra de açúcar e a produção de etanol de 84.848 para 125.177 m³/safra. Para tanto deverá ocorrer ampliação na capacidade de moagem de 900.000 para 5.000.000 t/safra (safra 2014), e da capacidade de geração de energia de 30 MW para 90 MW, sendo prevista a comercialização de 33 MW.

O abastecimento de água será realizado por meio da captação de 612 m³/h de água do rio São José dos Dourados e de 2 poços profundos do aquífero Guarani e 1 poço do aquífero Adamantina/Serra Geral. A vinhaça gerada no processo produtivo será aplicada nos canaviais, passando para um volume de 1.752.478 m³/safra.

Embora ainda em implantação, a usina possui licenciados 26.869,34 ha para o plantio da cana-de-açúcar. Para atender a demanda futura da unidade industrial, estima-se uma área total de 62.982,71 ha distribuídos nos municípios de Álvares Florence, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Jales, Macedônia, Magda, Meridiano, Parisi, Pedranópolis, Pontalinda, São João da Iracema, São João das Duas Pontes, Valentim Gentil e Votuporanga. Após a ampliação, a Usina terá em seu quadro 314 funcionários para a área industrial e administrativa na safra e 212 funcionários na entressafra, e 1227 trabalhadores para a área rural durante o período de safra e 951 funcionários na entressafra.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.

• Atendimento aos Aspectos Legais

As Prefeituras Municipais na AID apresentaram as manifestações em atendimento ao definido nos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97, onde declaram que o empreendimento não contraria as legislações de uso e ocupação do solo dos municípios e submetem o licenciamento ambiental ao órgão estadual. No entanto, as Prefeituras de Floreal, Jales, Parisi e Votuporanga informaram que possuem leis específicas que limitam áreas de expansão de plantio de cana. Para tanto, na emissão da LI deverão ser apresentadas aprovações das Prefeituras de Floreal e Jales quanto ao projeto de plantio, e durante a operação, deverá ser demonstrado o atendimento às legislações que regulamentam o plantio de cana em Votuporanga e Parisi. Foram apresentadas as outorgas de captação superficial e subterrâneas conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº. 01/05. Para a LO deverá ser apresentada a autorização da ANEEL para o aumento da produção de energia elétrica e sua comercialização.

• Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada no estudo, o empreendimento pode gerar expectativas na população quanto à geração de empregos, além de preocupações quanto à poluição. Para a solicitação da emissão da LI, deverá ser apresentado um Programa de Comunicação e Participação Social para dirimir dúvidas da sociedade, e antes da emissão da LO, deverá ser apresentado o relatório de conclusão do Programa e as ações que serão desenvolvidas durante a operação do empreendimento.

- **Impactos Gerados nos Canteiros de Obra e Frente de Trabalho**

A ampliação prevê basicamente a instalação de novos equipamentos, não havendo necessidade de movimentação de terra, visto que a terraplenagem já foi executada. Para a solicitação da emissão da LI, deverá ser apresentado um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e um Programa Ambiental de Controle de Obras, e para a emissão da LO, o interessado deverá comprovar a recuperação das áreas afetadas pela obra, a instalação de adequado sistema de drenagem de águas pluviais e a revegetação de áreas com solo exposto e revestimento das vias internas do parque industrial.

- **Geração de Empregos e Impactos sobre a Infraestrutura Municipal**

A Usina deverá priorizar a contratação de mão-de-obra na própria região para evitar sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura dos municípios. Para evitar dispensa de trabalhadores na entressafra, o EIA sugere a utilização de parte da mão-de-obra em outras atividades da Usina. Assim, para a LI deverá ser apresentado um Plano de Capacitação da Mão-de-Obra, que contemple programas para a fixação da mão-de-obra sazonal e mobilização de mão-de-obra local. Ainda, devido ao impacto sobre as infraestruturas municipais, deverá ser apresentado para a LI o Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal. Para a LO, deverão ser comprovadas as realizações dos referidos programas.

- **Aumento do Tráfego de Veículos**

O escoamento dos produtos ocorrerá nas estradas da região. A estimativa após a ampliação é de 514 viagens/dia no período de safra. O transporte será realizado principalmente em trechos das rodovias SP-310 e SP-320 e estradas vicinais da região. Para a LI deverá ser apresentada proposta de parceria ou convênio entre a Usina e as prefeituras municipais para apoio à manutenção do sistema viário e Programa de Controle de Tráfego que deverá contemplar registros de acidentes e atropelamentos de pessoas e fauna, com respectivos locais de ocorrência, dentre outros aspectos.

- **Alterações no Uso e Ocupação do Solo**

A ampliação da usina deverá promover alteração do uso do solo regional com a conversão da pastagem de gado e de culturas anuais (algodão, amendoim abacaxi, banana e mandioca) para a monocultura da cana. Essa alteração poderá acarretar impactos sobre a condição de vida dos eventuais trabalhadores que sobrevivem da atual produção agropecuária atual e sua cadeia produtiva na região. Para tanto, o empreendedor deverá apresentar por ocasião da solicitação da LI, um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão-de-Obra para esses trabalhadores visando a participação dos mesmos nas atividades da Usina. Também deverá ser apresentado Programa de Monitoramento Integrado de Uso e Ocupação do Solo e um Programa de Fortalecimento da Diversificação Agrícola e da Agricultura Familiar.

- **Interferências no Patrimônio Arqueológico**

O IPHAN, com base no diagnóstico apresentado onde aponta para a ausência de vestígios arqueológicos, é favorável à emissão da LP, mas para a LI deverá ser apresentado projeto de levantamento prospectivo, avaliação do Patrimônio Arqueológico e ação de Educação Patrimonial, no âmbito do Programa de Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico.

- **Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)**

Segundo o EIA, não haverá necessidade de supressão de vegetação nativa dos fragmentos florestais, somente eventuais cortes de árvores isoladas nas áreas de expansão do plantio, cuja solicitação deverá ser feita à Agência Ambiental. No entanto, a alteração no uso do solo

poderá acarretar alteração na permeabilidade da matriz, alterando o fluxo gênico, com impactos negativos à fauna e flora da região. Considerando tais impactos, e degradação das matas ciliares no entorno de nascentes e corpos d'água verificadas na região, além de que a maior parte das áreas agrícolas se localiza em Áreas Adequadas com Restrições Ambientais, foi solicitado ao empreendedor a apresentação dos seguintes Programas: Recuperação Florestal; Implantação de Corredores Ecológicos; de Monitoramento da Vegetação Nativa Remanescente; e Apoio à Regularização Ambiental de Reserva Legal.

- **Impactos sobre Unidades de Conservação**

Nenhuma UC deverá ser afetada pelo processo de ampliação agrícola e industrial do empreendimento.

- **Impactos sobre Comunidades Faunísticas**

A substituição das pastagens por lavoura de cana-de-açúcar alterará os habitats das comunidades faunísticas, e a operação da usina poderá acarretar o atropelamento da fauna terrestre e contaminação da fauna aquática devido ao carreamento de vinhaça e agrotóxicos aos corpos d'água. Esses impactos poderão ser mitigados com a implementação dos programas anteriormente previstos para recuperação da vegetação nativa regional (recuperação de APPs, corredores ecológicos, reservas legais, etc.). Além disso, foi solicitada a implementação de Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores Rurais e Motoristas, e um Programa de Monitoramento Sazonal da Fauna.

- **Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica**

A demanda hídrica outorgada ao empreendimento, durante o período de safra (após ampliação), é de 988 m³/h, por meio de uma captação superficial e de 2 poços profundos. De acordo com as informações do EIA, o consumo específico de água no processo será mantido em 0,70 m³/t cana, em vista de um melhor aproveitamento da água. No entanto, para obtenção da LI deverá ser apresentado um Programa de Conservação dos Recursos Hídricos, que contemple medidas eficientes de otimização e racionalização do uso da água e o monitoramento das águas superficiais.

- **Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira**

As emissões da nova caldeira encontram-se dentro das especificações estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 382/2006. Os valores máximos de concentração ambiental para MP diário e anual e NOx horário e anual apresentados no Estudo de Dispersão Atmosférica para a situação inicial e futura, considerando apenas a contribuição do empreendimento em questão, não ultrapassam os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 03/90. Para a emissão da LO deverá ser realizada amostragem comprobatória em chaminé com acompanhamento da CETESB para as caldeiras cujos resultados deverão atender aos valores propostos no referido Estudo.

- **Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar**

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas o EIA propõe: construção nas áreas agrícolas de terraços; plantio em contorno; construção de sistemas de drenagem; preparo reduzido dos solos; rotação de culturas; adubação verde e manutenção das sobras da palha da cana sobre o solo. Para a LI deverá ser apresentado Plano de Conservação do Solo e Monitoramento de Processos Erosivos para todas as áreas agrícolas.

- **Geração de Resíduos Sólidos**

A Usina propõe manuseio adequado dos resíduos sólidos industriais. Os resíduos de origem industrial, como torta de filtro, cinzas da caldeira e fuligem passarão pelo processo de compostagem e somente poderão ser incorporados ao solo após a aprovação da Agência Ambiental da CETESB. Para a LI deverá ser apresentado Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos elaborado de acordo com o disposto na Resolução CONAMA 307/02.

- **Geração de Efluentes Líquidos**

Para o tratamento dos efluentes sanitários, a Usina possui 1 ETE compacta que comportará a demanda futura. Quanto ao efluente industrial, após o tratamento, a água será reutilizada para

limpeza de pisos, pátios e jardinagem. Embora não cite a mistura do efluente tratado com a vinhaça, sua realização dependerá da aprovação da CETESB.

- **Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrente da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana-de-Açúcar**

Após a ampliação, a Usina deverá gerar em torno de 1.752.478 m³ de vinhaça por safra, procurando manter a mesma taxa de aplicação de 321,05 m³/ha. Segundo mostra o EIA, constata-se que será feita aplicação de vinhaça em propriedades localizadas em áreas Adequadas com Restrições Ambientais com alta vulnerabilidade do aquífero. Assim, para a emissão da LI deverá ser apresentado um Plano de Aplicação da Vinhaça, que contemple áreas potenciais para disposição da vinhaça e os demais requisitos técnicos indicados na Norma Técnica CETESB P4.231/2006 e Resolução SMA 88/2008, incluindo o monitoramento das águas subterrâneas.

- **Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos**

Como medida mitigadora à utilização do agrotóxico, o estudo propõe que haverá sempre profissional habilitado; respeito às condições climáticas ideais para aplicação, treinamento e reciclagem dos colaboradores; utilização de defensivos agrícolas de baixa classe toxicológica; armazenamento de embalagens cheias e devolução das vazias de forma adequada.

4. PROGRAMAS AMBIENTAIS

Além dos programas ambientais solicitados nas exigências, o EIA propõe: Programa de Conservação do Solo, Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APP's, Programa de Monitoramento Ecológico, Programa de Gestão Ambiental, Programa de Tráfego, Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão-de-Obra, Programa de Capacitação dos Colaboradores, Projeto Crescer, Programa de Conservação dos Recursos Hídricos, Programa Ambiental de Controle das Obras, Programa de Comunicação e Participação Social, Programa de Monitoramento das Águas Superficiais, Programa de Monitoramento das Emissões Atmosféricas e Programa de Monitoramento do Solo.

5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta apresentada no programa de compensação ambiental do EIA é que o recurso referente à compensação ambiental seja aplicado na Estação Ecológica Noroeste Paulista nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol, na Estação Ecológica Paulo de Faria no município de Paulo de Faria e na Reserva Biológica de Pindorama no município de Pindorama. Essa proposta será analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória.

6. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 59341/10/TA. Nestes termos, submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação industrial e agrícola da Usina Noroeste Paulista Ltda., no município de Meridiano.

São Paulo, 12 de julho de 2010.

Eng^a Civil/ Ambiental Maria Silvia Romitelli

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA

Reg. 4755 CREA 062252/D